

Plataforma

DA

CUT

para as

Eleições

20

24

CUT BRASIL
CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES



Direção Executiva Nacional da CUT | 2023-2027

Presidente

Sergio Nobre

Vice-Presidenta

Juvandia Moreira

Secretário-Geral

Renato Zulato

Secretário-Geral Adjunto

Aristides Santos

Secretário de Administração e Finanças

Ariovaldo de Camargo

Secretária-Adjunta de Administração e Finanças

Maria Josana de Lima Oliveira

Secretário de Relações Internacionais

Antônio de Lisboa Amâncio Vale

Secretário-Adjunto de Relações Internacionais

Quintino Marques Severo

Secretário de Assuntos Jurídicos

Valeir Ertle

Secretária de Comunicação

Maria Aparecida Faria

Secretário-Adjunto de Comunicação

Tadeu de Brito Oliveira Porto

Secretário de Cultura

José Celestino Lourenço

Secretário-Adjunto de Cultura

José de Ribamar Barroso

Secretária de Formação

Rosane Bertotti

Secretária-Adjunta de Formação

Sueli Veiga de Melo

Secretária de Juventude

Cristiana Paiva Gomes

Secretário de Relações de Trabalho

Sergio Ricardo Antiqureira

Secretário-Adjunto de Relações de Trabalho

Pedro Armengol

Secretária da Mulher Trabalhadora

Amanda Gomes Corcino

Secretária de Saúde do Trabalhador

Josivania Ribeiro Cruz Souza

Secretária-Adjunta de Saúde do Trabalhador

Elida Rachel Miranda Sousa

Secretário de Meio Ambiente

Daniel Gaio

Secretária de Mobilização e Relação com os Movimentos Sociais

Rosalina do Socorro Ferreira Amorim

Secretário Adjunto de Mobilização e Relação com os Movimentos Sociais

Milton dos Santos Rezende (Miltinho)

Secretária de Políticas Sociais e Direitos Humanos

Jandyra Uehara

Secretária de Combate ao Racismo

Maria Julia Reis Nogueira

Secretária-Adjunta de Combate ao Racismo

Nadilene Nascimento de Sales

Secretária de Organização e Política Sindical

Maria das Graças Costa

Secretário-Adjunto de Organização e Política Sindical

Eduardo Guterra

Secretário LGBTQIA+

Walmir Siqueira

Secretário das Pessoas Aposentadas, Pensionistas e Idosas

Ari Aloraldo Nascimento

Secretário da Economia Solidária

Admirson Medeiros Ferro Jr (Greg)

Secretário de Transportes e Logística

Wagner Menezes (Marron)

Direção Executiva

Aline Marques Borges Alves

Antonio Luiz Fermio

Cláudio da Silva Gomes

Maria Eduarda Quiroga Pereira (Duda)

Esteliano Pereira Gomes Neto

Francisca Trajano dos Santos

Geralda Godinho de Sales

Ismael Jose Cesar

Ivonete Alves

Janeslei Albuquerque

Juliana Salles de Carvalho

Mara Feltes

Marcelo Rodrigues

Elzilene do Nascimento Pereira

Neiva Maria Ribeiro dos Santos

Rene Marcos Munaro

Sidineiva Gonçalves de Lima

APRESENTAÇÃO

O cenário dos próximos anos impõe desafios imensos ao povo brasileiro. Para avançar na reconstrução do Brasil, é crucial ampliar a adesão e a incorporação dos direitos fundamentais e dos interesses da classe trabalhadora. É preciso mudar a correlação de forças desfavorável aos interesses dos trabalhadores e das trabalhadoras no Congresso Nacional, o que começa por eleger vereadores e vereadoras, prefeitos e prefeitas comprometidos com a democracia; com a geração de empregos, de renda, de oportunidades de trabalho e com o direito efetivo de negociação coletiva; com a construção de uma cidade acessível a todas e todos; que tenham compromisso em melhorar a educação, a saúde e o transporte público; em proteger o meio ambiente e construir moradias de qualidade em territórios adequados e seguros.

As eleições municipais se aproximam. A Central Única dos Trabalhadores (CUT) representa milhões de trabalhadores e trabalhadoras em todo o Brasil, aposentados, contratados formal ou informalmente, inseridos nas mais diversas categorias e ramos de atividade. É com esta representação que apresenta a sua pauta às candidaturas majoritárias e proporcionais nas eleições municipais de 2024. As propostas aqui apresentadas para melhorar as cidades onde vivemos devem ser incorporadas por políticas públicas voltadas para os cidadãos e cidadãs como sujeitos de direitos.

Considerando as especificidades de cada município, se grande, médio ou pequeno, nossa expectativa é que as candidaturas firmem compromisso com as questões aqui apontadas. Queremos que as eleitoras e os eleitores que representamos possam votar conscientes de que estão votando em quem defende seus interesses. Enfatizamos, as demandas em relação às políticas públicas devem ser vistas como defesa de direitos fundamentais, assegurados na Constituição Federal e na legislação complementar a todos os brasileiros e brasileiras.

Nesse sentido, esperamos que a Plataforma seja um instrumento efetivo de enraizamento das propostas, de intervenção efetiva nas eleições 2024 e estimule o diálogo com a sociedade e com as candidaturas. Da mesma forma, esperamos que esta seja uma referência para elaboração das Plataformas estaduais, bem como uma orientação para posicionamento e mobilização da base cutista em todos os territórios do país, fomentando o debate sobre a situação das cidades onde vivemos e das cidades que queremos. A partir de agora, nossa tarefa é levar as ideias desta Plataforma ao povo, incentivando a realização de iniciativas de mobilização nos territórios, integradas à estratégia dos Comitês de Luta, das Brigadas Digitais, colocando efetivamente a CUT nas Comunidades e nos territórios.

O processo eleitoral 2024 é um momento importante para o futuro da classe trabalhadora. Por isso, convidamos cada militante e entidades cutista a fazer parte da reconstrução do Brasil e da disputa por cidades onde possamos viver bem e felizes.

Sergio Nobre

Presidente

Renato Zulato

Secretário-Geral

PROPOSTAS PARA A CIDADE QUE QUEREMOS

1. Inserir o município no esforço de reconstrução do Brasil, com geração de emprego, renda e oportunidades de trabalho

O engajamento dos governos municipais no esforço de reconstrução do Brasil é fundamental para que as atividades produtivas, o comércio e a prestação de serviços sejam retomados em sua plenitude, gerando emprego, oportunidades de trabalho e renda, fatores essenciais para acabar com a fome, com a miséria e a pobreza; e para fomentar o consumo, o comércio e os pequenos e micro negócios, urbanos e rurais, gerando riqueza, bem-estar e qualidade de vida no município.

Os bancos sugam os recursos locais e investem em outras regiões. As grandes redes de comércio não valorizam a produção local. O poder público precisa fomentar a produção local e incentivar que sejam consumidos na própria região. Não faz sentido adquirir produtos hortifrutigranjeiros de outras regiões, quando é possível produzi-los e comercializá-los no próprio município, gerando emprego e renda. O poder público pode liderar este processo, adquirindo a produção local para a merenda escolar e para programas de refeições populares para população com menor poder aquisitivo. Complementarmente desenvolver políticas para atrair indústrias e investimentos nas atividades econômicas que possam potencializar o desenvolvimento econômico e a geração de emprego, renda e oportunidades de trabalho no município. Além disso, os governos e as Câmaras Municipais podem contribuir de forma destacada para o diálogo e as condições de trabalho decente e de negociação com novos grupos de trabalhadores que estão surgindo e se organizando, como por exemplo, trabalhadores e trabalhadoras de aplicativo que transportam pessoas ou entregam encomendas e alimentos.

2. Solidariedade, igualdade de oportunidade e justiça social

Vivemos um período marcado pelo ódio e pela violência. As famílias e a sociedade estão com suas relações sociais fragmentadas e dominadas pelo individualismo, pelo egoísmo, pela raiva e pela desesperança. Os governos e as Câmaras Municipais podem contribuir de forma destacada para a superação desta situação. As divergências políticas e diferenças de opinião devem ser tratadas pelo diálogo. As opções religiosas e a orientação sexual são direitos elementares dos seres humanos, que devem ser tratados com respeito. A reconstrução do Brasil implica também na reconstrução das cidades, onde a cidadania deve florescer em sua plenitude, para que se estabeleçam relações sociais pautadas pela fraternidade, solidariedade, igualdade de oportunidade e a justiça social. As cidades devem ser espaços acolhedores e seguros para mulheres, pessoas LGBTQIA+, crianças, jovens, idosos e aposentados, pessoas com deficiências, povos indígenas e todas as pessoas que vivem nesses territórios.

3. Diálogo, negociação e respeito aos sindicatos de servidores e servidoras

Um serviço público de qualidade e eficiente também passa pelas condições de trabalho e pelo pagamento de remunerações decentes aos servidores e às servidoras. Razão pela qual é imprescindível estabelecer uma mesa permanente de diálogo com as entidades sindicais representativas dos servidores e trabalhadores de empresas públicas e autarquias.

Queremos o compromisso de que Convenção 151 e a Recomendação nº 159 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) serão implementadas. Elas asseguram as negociações coletivas e a assinatura de convenções coletivas com os servidores públicos da prefeitura, de suas empresas públicas e autarquias. Este é um direito elementar e fundamental para que sejam estabelecidas remunerações justas e asseguradas condições adequadas para o trabalho, respeitando os direitos e valorizando a dedicação, condição essencial para que haja um atendimento de qualidade em todas as áreas da prefeitura.

Neste sentido é fundamental respeitar e garantir a representação sindical, a liberação dos e das dirigentes sindicais para o trabalho sindical, dando condições para que estes cuidem dos e das servidoras e que estes possam cuidar da comunidade. Isso inclui liberar esses líderes para que possam se dedicar às atividades sindicais, garantir a estabilidade no emprego e permitir que tenham acesso aos locais de trabalho para conversar com os trabalhadores e trabalhadoras.

4. Chega de privatizações e terceirizações: concurso público

A privatização dos serviços públicos tem resultado em prejuízos para a comunidade e para os cofres públicos. A água é um bem essencial à vida e não pode ser privatizado. A educação e a saúde, bem como a proteção ambiental são direitos fundamentais para o desenvolvimento humano e não podem ser transformados em mercadoria. Enquanto aqui são privatizados, em países europeus as privatizações estão sendo revertidas e os serviços voltando para as mãos do poder público.

Privatização só interessa para uma minoria. A maioria quer serviços de qualidade, gratuitos ou a baixo custo. Queremos que os concursos públicos sejam realizados para preencher as vagas e assegurar serviços de qualidade em todas as áreas. Água limpa, saudável e fornecida regularmente, educação e saúde públicas e gratuitas são essenciais para a vida nos municípios.

5. Mais segurança e menos violência

Em cidades grandes ou pequenas, no ambiente urbano e rural, a violência e a falta de segurança já podem ser consideradas uma pandemia. Construir uma parceria com as demais esferas de governo para que o município tenha um contingente policial adequado, complementado se possível, com guardas municipais, ambos capacitados para seus respectivos serviços; treinados para combaterem a bandidagem, a corrupção, o ódio, o racismo, o machismo, a misoginia, o feminicídio, a violência e estimularem uma cultura de paz. Salas de aula e demais espaços públicos e privados devem ser estimulados a promoverem diálogo com alunos e seus familiares, tendo como objetivo promover uma cultura de tolerância, respeito e paz.

Nesta perspectiva, atividades de esporte, lazer e cultura, construção de praças onde seja possível reunir as três gerações em atividades de lazer, bem como arborizar a cidade e estimular os moradores a cultivarem o verde e a florirem os espaços são iniciativas que contribuem para a redução da violência, inclusive a familiar.

6. Transporte público de qualidade e a baixo custo

A classe trabalhadora, estudantes, jovens e idosos necessitam ter um sistema de transporte público adequado para a realidade de cada município e cidade. Transporte de qualidade, tarifa zero, preços acessíveis para as camadas populares de baixa renda. Um transporte confortável, seguro e ágil, que não aumente as já longas jornadas de trabalho e não torne o deslocamento um tormento. Que assegure condições para que todos possam cumprir os horários em seus compromissos e deslocamentos, inclusive o transporte escolar urbano, rural ou fluvial. Faixas adequadas para o deslocamento de ciclistas devem ser planejadas e realizadas, dentre outras iniciativas.

7. Cultura, esporte e lazer

O Ministério da Cultura foi recriado pelo governo do presidente Lula. Os investimentos na cultura retornaram junto com os pontos de cultura, possibilitando a recuperação da cultura e a construção social de uma sociedade mais humana, mais justa e menos desigual. A cultura deve receber os investimentos necessários para que a identidade e a memória cultural sejam preservadas, assegurada a sua transversalidade, diversidade e acessibilidade, bem como trabalho decente e renda a seus trabalhadores e trabalhadoras, através da economia criativa, em todos os territórios.

É preciso apoiar e desenvolver atividades que possibilitem o florescimento da cultura local, que propiciem o encontro das juventudes e de todas as idades. Para isso, melhorar a segurança e disponibilizar espaços nas praças para realização de atividades físicas, esportivas e culturais, procurando sempre envolver todas as gerações, contribuem para o exercício da liberdade, para melhorar a saúde física e psicológica e para uma cidade mais humana, solidária e com sua história preservada.

8. Educação de qualidade e requalificação profissional

Formar cidadãos e cidadãs, conscientes de seus direitos, comprometidas com a ciência, desenvolvimento tecnológico e os avanços civilizatórios, bem como preparar as novas gerações para exercer suas profissões em um mundo em transformação rápida e radical pressupõe um forte investimento na educação pública, universal, laica e de qualidade, desde as séries iniciais.

É preciso também implementar programas de qualificação e requalificação profissional, com cursos modernos e adequados às exigências atuais, atendendo jovens, agricultores familiares, enfim, todos e todas que necessitam se requalificar para trabalhar e aproveitar as oportunidades, inclusive os servidores e servidoras públicas e a população excluída. A reconstrução do Brasil precisa do esforço e do engajamento dos municípios para superarmos o analfabetismo funcional e as deficiências educacionais em nosso país, proporcionando a geração de emprego e renda, bem como um melhor atendimento à população.

9. Moradias em ambientes seguros e transição justa

A ocupação dos territórios nas cidades desconsiderando as questões ambientais e as necessidades de deslocamento têm resultado em trânsitos engarrafados e desastres como alagamentos e desabamentos, ceifando milhares de vidas. É preciso superar o déficit habitacional, considerando a necessidade de disponibilizar moradias a quem mora nas ruas, não consegue arcar com os altos aluguéis ou vive em áreas de risco.

A transição justa precisa ser incorporada no planejamento municipal, no plano diretor e nas políticas habitacionais. A transição energética, a elevação dos mares e dos rios e a necessária recuperação e preservação ambiental devem ser consideradas nos projetos de construção habitacional, por meio de parcerias com os governos federais e estaduais, por meio de cooperativas habitacionais e demais iniciativas. A ocupação do território deve estar no centro da política habitacional e de desenvolvimento industrial do município, pois devem estar alinhadas, visando facilitar o deslocamento e melhorar a qualidade de vida. É preciso deslocar e realocar as famílias que vivem em condições precárias nas ruas e em habitações subnormais, sujeitas a enchentes e desmoronamentos. Programas habitacionais geram empregos, oportunidades de trabalho e renda, ao impulsionarem a construção civil e o comércio de materiais e construção. Transição justa tem tudo a ver com ambientes saudáveis, qualidade de vida, saúde, redução das contaminações e poluição dos rios. Evitam mortes que podem ser evitadas e retiram das ruas uma legião de famílias que não têm onde morar.

10. Saúde e saneamento básico

Vivemos um tempo em que já não se sabe o que se come e o que se bebe. As pandemias se sucedem uma à outra. O cumprimento de metas e o receio de perder o emprego têm promovido jornadas exaustivas de trabalho, provocando acidentes, doenças ocupacionais e síndromes, distúrbios e transtornos psicológicos, como pânico, ansiedade, depressão, entre outras.

A saúde preventiva, a saúde da família, o atendimento nos postos de saúde, a vacinação e o atendimento especializado começam no município. Lutar por mais médicos e por atendimentos efetivos deve ser prioridade absoluta para a defesa da vida. A realização de consórcios regionais e ações para que a vigilância sanitária seja efetiva são iniciativas que, ao lado da implantação do saneamento básico, ajudam a combater o adoecimento do nosso povo.

11. Água limpa, alimentos saudáveis e meio ambiente

Não há como falar em saúde sem água limpa e potável, alimentos saudáveis e, tampouco, sem compromisso com um meio ambiente saudável e sustentável. O desmatamento das matas ciliares, que devem proteger nossas nascentes e margens dos rios, tanto no campo como nas cidades, têm resultado no assoreamento, poluição e contaminação das águas. Imenso esforço e tratamento químico tem sido necessário para recuperar a potabilidade das águas disponibilizadas nas residências. Por outro lado, gestores descomprometidos privatizam os serviços de água e saneamento, transformando estes serviços em mercadorias cada vez mais caras e mais precárias.

Comprometer-se com água limpa, potável e de qualidade, com a preservação do meio ambiente e saneamento básico como serviços públicos é essencial. Grande parte das águas de nossos rios, lagoas e, inclusive, dos lençóis freáticos estão contaminadas pela baixa cobertura do saneamento básico e pelos agrotóxicos utilizados na agricultura, além das formas irresponsáveis como se descartam produtos que poderiam ser reciclados nas cidades. É preciso cuidar do ambiente inteiro, garantido água limpa e alimentos saudáveis, atuando em defesa da vida em todas as frentes, inclusive dos animais que vivem nesses ambientes.

12. Limpeza, coleta e tratamento adequado do lixo

Cidade limpa reduz entupimentos e alagamentos. Embeleza e assegura um ambiente higiênico para se transitar e viver. A limpeza, a coleta e tratamento do lixo são serviços essenciais nas cidades. Em muitas cidades ainda são tratados em lixões a céu aberto, ao invés de aterros sanitários. Não é feita a coleta seletiva e a reciclagem. Hoje existem equipamentos que possibilitam a transformação do lixo em energia, adubo orgânico e material reciclado, gerando oportunidades de trabalho e renda no município. Nesta perspectiva, os consórcios entre municípios vizinhos podem reduzir os custos e garantir o tratamento do lixo em aterros sanitários adequados.

13. Democracia e participação popular

A democracia e a participação popular devem ser exercitadas e estimuladas desde o município até a esfera federal. Constituir e estimular a participação em conselhos municipais nos diversos setores, como saúde, assistência social, criança e adolescente, dentre tantos outros, são formas de inserir a população na administração dos serviços da cidade e desenvolver a cidadania. Implantar sistemas como orçamento participativo, conselho tripartites de geração de emprego, renda e oportunidade de trabalho, envolvendo entidades de empregadores, de trabalhadores, governo municipal, sistema S e instituições que possam contribuir para estes objetivos.



www.cut.org.br

Rua Caetano Pinto, 575

Brás • São Paulo • SP

CEP 03040-000

Fone: (11) 2108.9200

